

I. EDITORIAL

O presente número da *Revista Mare Nostrum* é composto majoritariamente por um dossiê sobre o trabalho no Mundo Antigo, explorando objetos de estudo variados e relacionados a diferentes povos e temporalidades do Mediterrâneo. O artigo que abre o dossiê, da autoria de Thomas Henrique de Toledo Stella, trata da 20^a Dinastia do Antigo Egito (c. 1.186-1.069 a.C.), aquela que testemunhou uma série de crises que acabaram por minar vários aspectos do poder centralizado no faraó, bem como o Estado que nele se baseava. Em “Convulsões Sociais no Antigo Egito: Os Trabalhadores da Necrópole Tebana no Final do Novo Reinado”, temos panorama detalhado das condições de trabalho dos construtores de túmulos reais e nobiliárquicas na região da antiga Tebas, bem como sua contextualização nas várias contradições internas à economia do Egito, ressaltadas nos séculos finais do Novo Reinado. O artigo procura argumentar que os trabalhadores da Necrópole Tebana, ao reivindicarem os pagamentos a eles devidos em um contexto de crise econômica, demonstram uma consciência clara das incongruências entre de seus próprios interesses econômicos e os do Estado egípcio. Isso lhes os teria permitido mobilizar-se como uma classe – fosse por meio da primeira greve registrada na história ou pela instalação de uma indústria de saques dos túmulos erigidos por eles mesmos – e, eventualmente, desafiar aspectos essenciais da autoridade faraônica.

O segundo artigo do dossiê, intitulado “Slavery and Athens’ Economic Efflorescence: Mill Slavery as a Case Study” (Escravidão e a Eflorescência Econômica de Atenas: A Escravidão de Moinho como um Estudo de Caso) se insere na recente corrente bibliográfica que vê um crescimento econômico significativo na Grécia dos séculos VI a III a.C., esse guiado por um raciocínio econômico não tão engessado (mas sim apoiado) por instituições sociais. Aqui, Jason M. Porter trata, mais especificamente, da instituição da escravidão em Atenas durante os séculos V e IV a.C., isso pelo viés da Nova Economia Institucional. O intuito do artigo é destacar o papel desempenhado pela escravidão na “eflorescência econômica” ateniense, um fator frequentemente negligenciado ou mal conectado ao crescimento econômico grego por seus defensores. Isso é feito por meio de um estudo de caso sobre a utilização de escravos em moinhos comerciais, prática que permitiu um acesso menos custoso

a um insumo essencial à dieta ateniense – ainda que pelo preço do cativo, da exploração do trabalho forçado e extenuante de inúmeros escravos.

O terceiro artigo do presente número, escrito por David M. Lewis, se mantém na temática da escravidão, mas dessa vez com o foco em outro fenômeno: a pirataria. Depois de uma reconstrução erudita das técnicas e das tecnologias disponíveis aos corsários do mar Egeu, o artigo “Piracy and Slave Trading in Action in Classical and Hellenistic Greece” (“Pirataria e Comércio de Escravos em Ação na Grécia Clássica e Helenística”) analisa a conexão da pirataria com o suprimento de escravos ao mercado de pessoas da Grécia Antiga. As discussões ali apresentadas mostram que a pirataria – tanto um trabalho especializado quanto um provedor de trabalho – era um fenômeno que permeava vários aspectos essenciais da economia antiga, desde os custos de transações internacionais até o suprimento de parte da demanda por força de trabalho (forçado) das pólis helênicas.

O artigo seguinte, “O Escravismo Estoico de Columella: Hierarquia e Estímulo à Competição Escrava”, situa *Sobre as Coisas do Campo* de Columella em seu contexto social e intelectual, focando-se em um conjunto de prescrições que teriam como objetivo o controle dos escravos por meio da exortação destes à competição. A hierarquização, a divisão em trabalhos e grupos específicos são algumas das ferramentas analisadas por Helton Lourenço, que também nos mostra como o pensamento estoico influenciou o modo como Columella e alguns de seus contemporâneos viam e, portanto, tratavam seus escravos. Tal esforço nos fornece uma imagem menos bilateral da relação entre mestres e escravos, revelando níveis de cooptação pela concessão de (e disputa por) privilégios menores em um panorama que se costuma pensar ter sido composto apenas por rebelião declarada ou submissão absoluta.

O quinto artigo do dossiê é da autoria de José Ernesto Moura Knust e tem como seu principal objeto de estudo o trabalho assalariado no Mediterrâneo romano. Levando em conta diferentes abordagens historiográficas tanto sobre o trabalho quanto como a natureza da própria economia romana, o autor analisa principalmente (mas não exclusivamente) os tratados romanos sobre agricultura para delimitar a extensão da atuação de trabalhadores empregados nas *uillae* romanas e suas imediações. Dessa forma, o artigo “Trabalho Rural Assalariado no Mundo Rural Romano (séculos II a.C. e I d.C.)” argumenta que as relações catalisadas pela busca e fornecimento de trabalho, também canalizadas por meios

institucionais, agiam não só no plano econômico, mas também em outras esferas, essas ainda mais importantes quando olhamos para contextos anteriores ao desenvolvimento da economia de mercado.

O dossiê é fechado pelo artigo “William L. Westermann entre o Antiquarianismo e a História Comparada da Escravidão: Uma Releitura de *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*”, de Fábio Duarte Joly. Aqui, temos um resgate bem-vindo das contribuições de William Westermann ao estudo da escravidão antiga. Sua obra, relida no contexto do University Seminar Movement, mostra como os debates transdisciplinares organizados na Universidade de Columbia influenciaram a cunhagem de conceitos-chave por Westermann e por um de seus colegas de departamento, Frank Tannenbaum. Nesse contexto, conceitos ainda importantes como “sistema escravista” e “sociedade escravista” vêm à luz, sendo posteriormente disseminadas por autores nem sempre amistosos às ideias de Westermann – como o próprio Moses I. Finley. Temos em tal artigo, portanto, uma ferramenta essencial a qualquer estudioso da escravidão, não somente daquela em seus moldes antigos.

Por fim, o volume é fechado pela resenha da obra de Sebastian Conrad (2016), *What is Global History?*, composta por Santiago Colombo Reghin. Tal contribuição representa uma introdução preciosa a uma abordagem que se torna cada vez mais popular entre historiadores – inclusive entre os interessados na Antiguidade e em como suas várias histórias locais podem ser articuladas a uma História Global mais abrangente.